

Para bem formar uma personalidade *normal*. Discursos sobre como educar as crianças em revistas de Educação Familiar (1945-1958)

Carla Cardoso Vilhena*
António Gomes Ferreira**

Resumo:

Este artigo tem como objeto de análise os discursos acerca do desenvolvimento socioemocional, veiculados por meio das revistas de 'educação familiar' publicadas em Portugal, entre 1945 e 1958, período em que se assiste a uma maior preocupação, por parte de médicos e educadores, com a preservação da saúde mental da criança. A análise realizada permitiu compreender que o desenvolvimento socioemocional é construído, pelos colaboradores das revistas, como algo problemático, cuja normalidade é constantemente ameaçada pelas ações incorretas dos pais. Tal constitui um poderoso argumento para uma crescente intervenção dos peritos *psi* na vida familiar, que se vão constituir, durante a segunda metade do século XX, em elementos centrais do processo de governação da parentalidade e da infância.

Palavras-chave:

Portugal; revistas de 'educação familiar'; criança; desenvolvimento socioemocional; governação da parentalidade.

* Doutora em Ciências da Educação. Professora Auxiliar na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve e investigadora do Grupo de Políticas Educativas e Dinâmicas Educacionais (GRUPOEDE) do CEIS20.

** Subdiretor e professor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, coordenador e investigador do Grupo de Políticas Educativas e Dinâmicas Educacionais (GRUPOEDE) do CEIS20.

To better form a *normal* personality. Discourses on the education of children in parenting magazines (1945-1958)

Carla Cardoso Vilhena
António Gomes Ferreira

Abstract:

The main purpose of this article was to analyze the discourses about the socio-emotional development of children published in Portuguese parenting magazines, between 1945 and 1958, period when experts, such as doctors and *psy* experts, became increasingly concerned with the socio-emotional well-being of children. The analysis shows that magazine contributors constructed socio-emotional development of children as fragile, with its normality constantly threatened by parents' improper attitudes and behaviors. We argue that it constitutes a powerful argument in favor of a growing intervention of *psy* experts in family life that played, in the second half of the 20th century, a key role in parenthood and childhood government.

Keywords:

Portugal; parenting magazines; children; socioemotional development; parenthood government.

Para formar bien una personalidad *normal*. Discursos sobre cómo educar a los niños en revistas de Educación Familiar (1945-1958)

Carla Cardoso Vilhena
António Gomes Ferreira

Resumen:

Este artículo tiene como objeto de análisis los discursos a respecto del desarrollo socioemocional, difundidos por medio de las revistas de 'educación familiar' publicadas en Portugal, entre 1945 y 1958, período en que se asiste a una mayor preocupación, por parte de los médicos y educadores, con la preservación de la salud mental del niño. El análisis realizado ha permitido comprender que el desarrollo socioemocional es construido, por los colaboradores de las revistas, como algo problemático, cuya normalidad es constantemente amenazada por las acciones incorrectas de los padres. Esto se constituye un poderoso argumento para una creciente intervención de los peritos *psi* en la vida familiar, que van a constituirse, durante la segunda mitad del siglo XX, en elementos centrales del proceso de gobernación de la parentalidad y de la infancia.

Palabras clave:

Portugal; revistas de 'educación familiar'; niño; desarrollo socioemocional; gobernación de la parentalidad.

Introdução

Desde o início da época moderna, a criança é alvo de crescente interesse por parte de diferentes agentes, tais como educadores, reformadores, médicos e, mais tarde, peritos *psi* (FERREIRA, A. G., 2000, 2010; HENDRICK, 2007), assistindo-se, ao longo do século XX, à implantação e ao desenvolvimento de um conjunto diversificado de programas que procuram, por intermédio da governação dos adultos, proteger e promover o desenvolvimento físico e psicológico da criança (APPLE, 2006; ARNUP, 1994; BAKKER, 2012; BRIGGS, 2009; BRYSON, 2002; DONZELOT, 1986; GRANT, 1998; HARDYMENT, 2007; LITT, 2000; MURPHY, 2003; POPKEWITZ, 2003; ROCHA, 2010; ROCHA; FERREIRA, 2006; PIMENTEL, 2011; ROSE, 1999a; STEWART, 2011; STOCKEL, 2002; STRACH; SULLIVAN, 2011). Esses programas têm como principal objetivo a homogeneização e estandardização dos comportamentos daqueles que se ocupam da educação das crianças e inserem-se em uma lógica mais vasta de governação das populações, associada ao processo de modernização das sociedades ocidentais (ROSE, 1999b; WAGNER, 1998). Socialmente legitimados por terem na sua origem o conhecimento científico, os projetos de educação parental pressupõem uma ruptura profunda com as formas tradicionais de educação, assentes na transmissão direta de conhecimentos tradicionais e ancestrais por meio de redes informais compostas quase exclusivamente por mulheres (mães, vizinhas, parentes).

Por meio de um conjunto diversificado de mecanismos, cuja principal finalidade é a ‘educação benigna’ do cidadão normal (ROSE, 1999b), o conhecimento produzido pelos peritos invade todos os domínios da vida social, estendendo a sua influência para a esfera doméstica, em uma tentativa de regulação dos comportamentos mais íntimos e privados, designadamente os que dizem respeito à educação das crianças.

Havendo consciência, por parte dos peritos, de que nem só a ação direta dos especialistas podia alargar o campo de influência desse saber legitimado nas racionalidades científicas, em simultâneo com a formação dos novos discursos, surgiu a preocupação de os disseminar pela sociedade. Utilizando estratégias que podemos classificar como persuasivas (MURPHY, 2003; VAN DIJK, 2006), no sentido em que o seu principal objetivo é a difusão de conhecimentos científicos acerca do desenvolvimento da criança, com a finalidade de impor uma nova

racionalidade no que diz respeito à sua educação, própria de uma maternidade científica (APPLE, 2006), os peritos irão proceder à divulgação, através de um conjunto diversificado de canais – tais como livros (BAKKER; WUBS, 2002; GRANT, 1998; HARDYMENT, 2007; MARTINS, 2008), revistas femininas (CROSS, 2004; ODLAND, 2009; VANOBBERGEN, 2007) e de ‘educação familiar’ (PESSOA, 2005; PHILLIPS, 2007) – das práticas educativas consideradas mais adequadas para garantir a saúde física e mental da criança. Ao fazê-lo, contribuem para a difusão de um discurso normativo sobre os cuidados com a criação/educação da criança que possui um estatuto de verdade, no sentido atribuído por Foucault (1980), contribuindo, dessa forma, para a normalização, quer de uma determinada concepção de infância, quer das práticas educativas que estão associadas à construção da criança ‘normal’.

Nesse contexto é de realçar, pelo seu crescente poder no que diz respeito à governação da infância, o papel desempenhado pelos peritos *psi*, englobando-se sob essa designação um conjunto diversificado de profissionais, provenientes de diferentes campos do saber, que elegem o comportamento como objeto de estudo e de intervenção (ROSE, 1999a). Entre eles, encontram-se os médicos cujos discursos centrados no cuidado com o corpo se expandem e começam a abarcar as componentes psicológicas do desenvolvimento (APPLE, 2006; ARMSTRONG, 1995; FERREIRA, 2003).

A preocupação com as dimensões psicológicas do desenvolvimento está, por sua vez, relacionada com a transformação da psicologia em uma ciência central na governação das populações e, conseqüentemente, na governação da infância e da parentalidade. Como afirma Rose (1999a), ao longo do século XX, a criança transforma-se em um objeto visível, observável e analisável, a partir de um discurso científico particular, o discurso *psi*, o que conduz não só à emergência de campos do saber que elegem como objeto de estudo o comportamento da criança, entre os quais se encontram a psicologia do desenvolvimento e a psiquiatria infantil, como à sua apropriação, quer por um conjunto variado de profissionais – médicos, pedagogos, educadores de infância, enfermeiros, assistentes sociais, entre outros –, quer pela generalidade da população.

Para tal, terá contribuído, sobretudo a partir do período pós-II Guerra Mundial, a divulgação do discurso *psi*, através de um conjunto variado de canais, sobretudo dos ‘media’ (rádio, televisão, revistas), cujo um dos resultados será a crescente incorporação da linguagem e dos princípios propostos por um conjunto diversificado de profissionais na vida

quotidiana das crianças, assim como uma maior preocupação com os aspectos relacionados com a sua saúde mental (APPLE, 2006; BAKKER, 2010; BAKKER; WUBS, 2002; GROENENDIJK; BAKKER, 2002; HAYS, 1996; HOLLWAY, 2006; HULBERT, 2004; ROSE, 1999a; VANOBBERGEN, 2007; WARNER, 2005; WOODHEAD, 1999, 2005). Assiste-se, assim, ao que Bakker (2012) designa colonização da infância, ou seja, a crescente intervenção dos peritos na sua educação, a que também não será alheia a difusão de instituições de educação de infância, em que os profissionais são confrontados com a necessidade de seguirem os preceitos ditados pelos especialistas ligados à medicina, à psicologia e à pedagogia.

A criação e difusão das instituições de educação de infância, assim como o desenvolvimento da prática clínica, permitiram ainda a observação de um vasto número de crianças de uma mesma faixa etária em condições experimentalmente controladas. É a partir dessas observações que os peritos, designadamente os peritos *psi*, vão construir um conjunto de categorias por meio das quais se torna possível avaliar e classificar uma determinada criança, ou seja, situá-la em relação às demais crianças pertencentes à sua faixa etária, contribuindo, dessa forma, para o processo de normalização da infância (APPLE, 2006; BEATTY; CAHAN; GRANT, 2006; CURTIS, 2011; GROENENDIJK; BAKKER, 2002; HARDYMENT, 2007; HOLLWAY, 2006; HULBERT, 2004; ROSE, 1999a; STEWART, 2011).

É de destacar que, tal como afirma Foucault (1980), a ideia de ‘normal’ tem sempre subjacente a definição dos desvios a essa normalidade, ou seja, do que em um determinado contexto é considerado ‘anormal’. A imagem de ‘criança normal’ para além de ter implícito um conjunto mais ou menos explícito de instruções acerca do que constitui a ‘normalidade’, de como a atingir, ou seja, quais os comportamentos que os pais devem adotar, também inclui aspectos relacionados com as estratégias a utilizar quando é identificado, no desenvolvimento da criança, algum aspecto que se pode considerar ‘anormal’ (ROSE, 1999a), dimensões que foram objeto de análise no estudo que aqui se apresenta. Mais concretamente, é nosso propósito analisar a forma como é entendido o desenvolvimento socioemocional da criança ‘normal’, assim como os princípios e as estratégias educativas que permitiriam atingir essa mesma ‘normalidade’, num período em que, no campo da psiquiatria, uma visão predominantemente curativa é substituída pelas ideias de prevenção e promoção da saúde mental, por meio de uma intervenção que tem como objeto não só a criança, mas também os seus pais (BRANCO, 2000;

VIDIGAL et al., 1999).

É ainda de salientar que a preocupação com a promoção da saúde mental surge em um contexto de ‘mudanças invisíveis’ que estão na origem do processo de modernização da sociedade portuguesa (ROSAS, 1994). Este é um período de crescimento econômico, em que se assiste a uma preocupação crescente com a qualidade dos recursos humanos, de transformações demográficas, de diminuição da taxa de mortalidade infantil e de uma crescente urbanização.

A opção pela análise de discursos veiculados em revistas de ‘educação familiar’ cuja principal função é, como afirma NÓVOA (1993), a educação dos pais e a regulação das práticas educativas no seio da família deve-se ao fato de constituírem, no nosso ponto de vista, uma fonte privilegiada para a análise do processo de normalização da infância. Escritos por peritos e por uma elite feminina, composta essencialmente por educadoras e escritoras, ou seja, por uma ‘elite simbólica’ (VAN DIJK, 2006), no sentido em que são escolhidos por serem considerados os detentores do conhecimento científico acerca da infância, os discursos veiculados pelas revistas de ‘educação familiar’ têm como principal objetivo a difusão de um conjunto de procedimentos e estratégias a utilizar na educação das crianças, ou seja, a homogeneização dos comportamentos educativos dos pais que, assentes até aí em informações transmitidas informalmente, na maioria dos casos de mulher para mulher, passariam a ter por base o conhecimento científico, oriundo das novas ciências da infância, tais como a pediatria ou a psiquiatria infantil, que, nesse período, procuram se expandir (FERREIRA, A. G., 2000; BEATTY; CAHAN; GRANT, 2006; CAHAN, 2006; CARNEIRO, 2008; HARDYMENT, 2007; HOLLWAY, 2006; HULBERT, 2004; KNIBIEHLER, 2002; FERREIRA, M. M., 2000; ROSE, 1999a; VIDIGAL et al., 1999).

De forma a selecionarmos as fontes utilizadas na realização deste trabalho, recorreremos ao *Repertório Analítico da Imprensa de Educação e Ensino* (NÓVOA, 1993), tendo sido utilizados os seguintes critérios de selecção: (1) estar incluída na subcategoria ‘Educação Familiar’; (2) ser publicada ao longo de todo o intervalo de tempo estudado. Foram assim selecionadas as seguintes revistas: *Os Nossos Filhos* (1942-1964), dirigida pela escritora e jornalista Maria Lúcia Namorado, e *Saúde e Lar* (1944-1987), propriedade da Publicadora Atlântico, ligada à Igreja Adventista.

Publicada mensalmente entre junho de 1942 e dezembro de 1958 e

anualmente até dezembro de 1964, data em que cessa a sua edição, *Os Nossos Filhos* é, como se refere na primeira página dos seus sucessivos números, ‘a única revista para pais que se publica em Portugal’. Saúde e Lar, editada bimensalmente entre janeiro de 1944 e janeiro de 1953, data em que a periodicidade passa a ser mensal, distingue-se de *Os Nossos Filhos*, sobretudo pelo fato de ser uma revista de caráter mais geral e onde se publicam, para além dos artigos relacionados com a criação e educação das crianças, textos que têm como temas a saúde dos adultos, tais como o envelhecimento ou o combate ao tabagismo. Em comum, têm o fato de serem revistas com um caráter comercial, acessíveis por meio de compra ou de assinatura.

O passo seguinte consistiu na constituição do *corpus* documental. Foram selecionados 84 números de cada uma das revistas, seis por ano, que foram alvo de uma leitura geral, de forma a identificar os artigos que seriam objeto de análise. Para tal, aplicou-se um critério temático, tendo sido selecionados os textos que tinham como tema a educação das crianças em idade pré-escolar. O *corpus* documental foi, assim, composto por 123 textos (*Os Nossos Filhos*, $n=67$; *Saúde e Lar*, $n=56$).

Os textos recolhidos foram alvo de uma análise de conteúdo qualitativa (MAYRING, 2004). Em uma primeira fase, procedeu-se à identificação, com base nos objetivos formulados para este estudo, das categorias de análise: ‘desenvolvimento e construção da personalidade da criança’, que engloba os discursos relativos à forma como se processa o desenvolvimento da personalidade; e ‘educação para uma personalidade normal’, que inclui discursos relacionados com as estratégias que devem ser utilizadas para garantir a normalidade no desenvolvimento da personalidade infantil. Neste último caso, entendemos ainda dever considerar duas subcategorias de análise: ‘ambiente familiar’, que integra os discursos relativos à forma como os adultos devem interagir entre si; e ‘disciplinarização’, que inclui as referências à forma como os adultos devem interagir com a criança, para promover a construção de uma personalidade ‘normal’.

O Desenvolvimento e a Construção da Personalidade da Criança

A importância atribuída ao período da infância na construção da personalidade do indivíduo e, portanto, determinante daquilo que as crianças poderão vir a ser quando adultos – “É na infância que se lançam os fundamentos da formação da personalidade do indivíduo, cujo modo

de encarar as coisas da vida depende muito das impressões recebidas nesse período [...]” (SNES, 1954, p. 16) – está na origem de uma maior preocupação com o desenvolvimento socioemocional das crianças, considerado a base da formação da personalidade.

Em um período em que a maioria das crianças em idade pré-escolar não frequenta instituições de educação de infância e é educada em casa pelas mães ou por quem as substitua, a maior atenção ao desenvolvimento socioemocional, fruto, por um lado, da diminuição das taxas de mortalidade infantil e, por outro, da crescente influência da psiquiatria infantil (VIDIGAL et al., 1999), é acompanhada pela constatação da incapacidade dos pais para atuarem de uma forma adequada, ou seja, de contribuírem para a formação de uma personalidade ‘normal’ nos seus filhos.

A percepção da infância como um período decisivo para a configuração da vida mental futura, designadamente dos primeiros anos de vida, fruto da influência das teorias psicanalítica e comportamentalista, aliada ao discurso sobre a ignorância dos pais, são dois elementos que se conjugam, no sentido de justificar e legitimar a intervenção dos colaboradores das revistas de ‘educação familiar’ – médicos, escritores e educadores – no campo da educação das crianças, com o objetivo de garantir a sua saúde mental. É o caso, por exemplo, de médicos como Ferreira de Mira, António Correia ou Vitor Fontes – um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da psiquiatria infantil em Portugal na década de 1950 (VIDIGAL et al., 1999) e que se insere expressamente no grupo dos “[...] pediatras com cultura psicológica [...]” (FONTES, 1952, p. 4) – que escrevem artigos que têm como tema o desenvolvimento socioemocional da criança.

Crentes no impacto que a ciência pode ter na resolução dos problemas da infância – desde as nevroses à timidez – e, conseqüentemente, na necessidade de substituir os métodos tradicionais de educação, utilizados pela maioria das famílias, por uma ‘educação científica’, aquela que, como explica o psiquiatra infantil Gilbert Robin (1957, p. 4), “[...] sem renunciar às repressões e às sublimações que testemunham do valor moral do indivíduo, desembaraça a criança dos seus recalamentos, das fixações complexuais [...]”, os colaboradores das revistas procuram, por um lado, dar a conhecer as etapas do desenvolvimento socioemocional e, por outro, divulgar um conjunto de princípios educativos que permitem, quando aplicados corretamente, assegurar a ‘normalidade’ desse processo. A tal também não será alheio o fato de, no período em análise, se assistir, por um lado, ao alargamento

dos temas de higiene mental infantil que passam a abarcar acidentes mais vulgares como a mentira ou o roubo e, por outro, à importância atribuída à prevenção e à detecção precoce de problemas no campo da saúde mental (VIDIGAL et al., 1999), aspecto em relação ao qual os pais poderiam desempenhar um papel essencial.

O conhecimento das diferentes etapas do desenvolvimento socioemocional é entendido como um elemento essencial na prevenção de problemas emocionais, presentes e futuros e, portanto, fundamental para garantir a saúde mental da criança. Mais concretamente, a divulgação das etapas e dos conflitos próprios da infância, entre os quais se destacam, pela frequência com que são mencionados, a fase do negativismo ou das birras, “[...] primeiras manifestações do despertar da personalidade [...]” (PETERSEN, 1949a, p. 4), e o complexo de Édipo/Electra – “Os ciúmes dos filhos em relação aos pais (complexo de Édipo) ou das filhas em relação às mães (complexo de Electra) são de observação corrente nas primeiras idades [...]” (FONTES, 1952, p. 4), acompanhada da descrição das formas ideais de atuação dos pais, tem subjacente a ideia de que a aquisição desses conhecimentos permitirá que a ação educativa se adequa à fase de desenvolvimento em que a criança se encontra. Como afirma a psicóloga Betti Katsenstein, assistente de William Stern e, mais tarde, membro do Laboratório de Psicologia do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo: “Só compreendendo as suas atitudes e seus actos é que podemos oferecer-lhes o apoio de que necessitam para não serem crianças infelizes e não se tornarem adultos desajustados” (KATSENSTEIN, 1958, p. 11).

É de realçar que o discurso sobre as diferentes etapas do desenvolvimento socioemocional pode ser classificado, em certo sentido, como paradoxal. Apesar de serem entendidas como próprias da infância e, conseqüentemente, de resolução natural, são simultaneamente apresentadas como momentos de fragilidade psíquica, em que qualquer ação incorreta dos adultos pode perturbar o equilíbrio emocional da criança. Como escreve Sabine Petersen (1949b, p. 4), referindo-se à fase do Complexo de Édipo, este será “[...] útil ao desenvolvimento do indivíduo desde que circunstâncias agravantes, disposições patológicas não sobrevenham para a complicarem, lhe conferirem uma natureza permanente, insolúvel”. A sua solução exige, assim, a utilização de estratégias racionais, que têm por base a ciência e não o empirismo, devidamente adequadas à fase de desenvolvimento da criança. Como explica o médico Ferreira de Mira (1951, p. 6), em resposta a um caso que lhe é ‘submetido para consulta’,

Na sua evolução, à medida que aumentam de idade, as crianças vão passando por períodos de obediência, de colaboração e de oposição, e o mesmo costume desagradável (para o caso meter os dedos no nariz) deve ser combatido de maneira diferente conforme o período, isto é, conforme a reação que possa esperar-se.

A ideia da aplicação pelas mães de princípios oriundos da ciência na educação dos seus filhos, própria de uma ideologia da maternidade científica (APPLE, 2006), assim como a necessidade de adequar as estratégias educativas ao nível de desenvolvimento da criança, também são visíveis nos discursos acerca da importância do estudo atento da criança, da sua observação quotidiana, justificado com base na existência de particularidades individuais, que as distinguem entre si. Como se explica a uma ‘mãe inexperiente’ que escreve para *Os Nossos Filhos*,

O bebé precisa ‘sempre’, em qualquer idade, de sossego; de carinho e atenção inteligentes; e são as suas necessidades, físicas e psíquicas, e o seu desenvolvimento, que indicam à mãe a atitude a tomar. [...] Cremos que o seu menino já tem alguns meses, pelas outras perguntas que faz, e parece-nos que não está habituada a ‘observá-lo’, o que infelizmente acontece ainda a muitas mães. Vamos ensinar-lhe a observá-lo, e assim ficará sabendo se o seu filhinho se desenvolve normalmente, ao mesmo tempo que compreenderá como deve ‘acompanhá-lo’, isto é, que atitudes deve tomar para com ele. (CONSULTÓRIO, 1952, p. 4).

A atenção constante ao comportamento da criança é apresentada como um aspecto essencial do exercício da função maternal, não só porque permite a adequação da ação educativa à criança concreta, mas também a deteção precoce de qualquer sinal de ‘anormalidade’, elemento central de qualquer programa de higiene mental. Entre os comportamentos a que os pais deverão estar particularmente atentos destacam-se, por serem considerados indicadores de perturbações no desenvolvimento socioemocional, a

[...] tendência para os impulsos agressivos, destrutivos, para a brutalidade, para as fugas, a desconfiança, a dissimulação, a mentira, tendência para estar demasiado solitário, encerrado ou ainda para se manifestar superficial, instável, etc. (BERSOT, 1952, p. 14).

Estamos, assim, perante uma estratégia preventiva, no sentido em que o seu principal objetivo é assegurar a construção de uma personalidade ‘normal’ na criança e, conseqüentemente, o equilíbrio emocional do adulto em que ela se transformará, por meio não só da deteção precoce de qualquer indício de ‘anormalidade’, o que permitirá

uma intervenção mais eficaz, mas também da regulação do comportamento dos pais. Considerados a principal fonte de saúde mental, são também, pela sua incapacidade, uma das suas principais ameaças.

A regulação do comportamento dos pais é precisamente o principal objetivo dos colaboradores das revistas de ‘educação familiar’ que, utilizando como argumento a defesa do bem-estar da criança ou, como afirmam os psiquiatras infantis Michaux e Falvigny (1958, p. 10), “Temendo que um comportamento educativo inadequado dos pais seja a causa de frustrações afectivas graves na criança [...]”, vão participar dessa campanha em prol da saúde mental da criança por meio da divulgação de um conjunto de princípios educativos considerados essenciais para a construção da personalidade ‘normal’, que serão apresentados em seguida.

A Educação Para Uma Personalidade Normal

Apesar de acreditarem na existência de um componente hereditário, os autores que escrevem para as revistas de ‘educação familiar’ defendem a ideia, comum às teorias comportamentalista e psicanalítica, de que a personalidade é moldada por ação do meio. Como afirma o médico António Correia (1945, p. 6),

A personalidade, o modo de actuar dos seus filhos, resulta quase exclusivamente da influência do ambiente que o cerca. [...] o factor hereditário, apesar de exercer grande influência, pode, na maioria dos casos, ser moldado e modificado pela acção do meio em que a criança vive. Há já alguns anos, o psicólogo Watson, afirmava: ‘Entregai-me um recém-nascido e eu farei dele um imbecil ou um génio’. O exagero desta opinião levantou grandes censuras mas a verdade é que o avanço constante das ciências e das técnicas permite hoje acreditar que o factor hereditário pode ser vencido pelo ambiente na formação da personalidade.

A importância atribuída ao meio na construção da personalidade tem como consequência uma maior responsabilização dos pais pela saúde mental dos seus filhos e a sua consequente culpabilização quando a criança apresenta comportamentos indesejáveis. Tal vai ser utilizado, pelos colaboradores das revistas de ‘educação familiar’, como argumento para persuadi-los a monitorar e a modificar o seu comportamento, conforme é visível no excerto que a seguir se transcreve:

Que ralação teve a mãe da Ireninha, quando reparou que ela gaguejava! [...] A Ireninha, que tem só quatro anos, foi logo levada ao médico, que nada lhe encontrou de alarmante,

achando-a pelo contrário, de esplêndida saúde. Decorreram dois meses e o gaguejar acentuava-se. A mãe começou a analisar profundamente o que o ocasionaria, se seria sua a culpa do nervosismo da criança.

Nesta ordem de ideais, a mãe observou-se a si própria, chegando à conclusão de que a sua vida cheia de trabalho e afazeres, a obrigava a estar sempre a dizer-lhe: 'Avia-te! Vá, mexe-te!'. Isto ocasionava uma excitação grande à criança, e por isso a mãe passou a auxiliá-la um pouco a vestir-se e noutras pequenas coisas, de modo a conseguir que a Ireninha tudo fizesse mais calmamente [...].

Após estas modificações, corajosa e persistentemente adoptadas, ao mesmo tempo que simplificava um pouco a sua vida de trabalho para acalmar os próprios nervos, a mãe teve a imensa alegria de ver a Ireninha deixar de gaguejar, mostrando-se agora muito mais serena e à vontade. (SUGESTÕES, 1947, p. 5).

A utilização de estratégias persuasivas que apelam à 'reeducação' dos pais (FIGUEIREDO, 1946), à sua adesão aos princípios científicos de educação, elemento central de qualquer programa de educação parental, é uma constante nos textos analisados, sendo considerada um aspecto essencial na prevenção de problemas que podem afetar a saúde mental da criança. Como afirma o psiquiatra Gilbert Robin (1957, p. 4, grifo do autor),

A maior parte dos complexos são normais. A maior parte das crises são necessárias. Mas uns e outros revelam-se no decorrer da evolução e contribuem para a formação, para o aprendizado efectivo da personalidade. E para impedir a fixação dos complexos, a formação de tantos outros, a regressão afectiva e as reacções do carácter e do comportamento que são sua consequência, que é necessária uma 'higiene psíquica e psico-sexual'. Uma observância feliz desta higiene constituiria uma profilaxia mental de primeira ordem, cujos efeitos se fariam sentir no desenvolvimento harmonioso do indivíduo, da família e de toda a sociedade. A arte de ser pai, de ser mãe não se improvisa na sociedade actual.

As referências à influência da conduta dos pais no comportamento e na personalidade da criança servem, assim, de justificação para a recomendação de determinadas formas de estar e de agir, quer na relação com os outros adultos, visível nos discursos acerca do ambiente familiar ou da importância do exemplo, quer na interação com a criança, sobretudo no que diz respeito à sua disciplinarização, elemento essencial na construção da personalidade da criança.

O ambiente familiar. Crentes na influência do meio na formação da personalidade, designadamente na "[...] influência profunda do meio

familiar na formação do indivíduo [...]” (MENDES, 1953, p. 6), assim como no primado da família como meio educativo por excelência – à exceção daqueles que, como o médico António Correia ou a escritora Ilse Losa, são ardentes defensores da universalização da frequência de jardins de infância – os colaboradores das revistas, mesmo aqueles que defendem que o meio ideal para a educação das crianças são as instituições de educação de infância, dedicam especial atenção ao ambiente familiar.

Assentes em uma visão tradicional da família, em que se considera a família nuclear conjugal o núcleo base da sociedade e se valoriza a manutenção da sua unidade, os discursos sobre o ambiente familiar têm como denominador comum o princípio da ‘harmonia no lar’, considerada essencial para a preservação da saúde mental da criança. Nesse sentido, os autores enunciam e descrevem aquelas que consideram ser as principais ameaças a essa harmonia, assim como os comportamentos que os pais devem adotar para evitá-las.

Uma das maiores ameaças à harmonia doméstica são os desentendimentos conjugais cujas consequências nefastas no desenvolvimento socioemocional das crianças se fazem sentir a partir de idades muito precoces. Como refere Gaston Courtois, um sacerdote com formação na área da psicologia, citado em um artigo publicado em *Os Nossos Filhos*,

As disputas entre os pais na presença de um bebé podem ter as maiores repercussões sobre o desenvolvimento afectivo da sua personalidade. Em análises psíquicas de adultos foram encontrados vestígios de cenas ocorridas quando eles tinham apenas dezoito meses ou até menos. Não tinham conservado nenhuma recordação consciente do caso e foi necessária a confirmação dos pais, ainda vivos, para verificar a exactidão dos factos assim registados pelo cérebro da criança. (PARA MEDITAR, 1958, p. 14).

É de destacar que, apesar de a mãe ser considerada a principal responsável pelo desenvolvimento socioemocional do seu filho – como explica o médico Silva (1946, p. 1), “[...] são elas que, na família, têm a principal influência na educação e na modelação do carácter [...]” – e, consequentemente, constituir o alvo privilegiado do discurso dos peritos, no que diz respeito à harmonia conjugal, é referido o papel que ambos os progenitores devem desempenhar na sua manutenção, referência esta profundamente marcada por uma visão tradicional dos papéis masculino e feminino na família e na sociedade. Enquanto os pais são aconselhados a não transportarem para a esfera doméstica os problemas oriundos da esfera pública, para as mães o conselho consiste na adoção de uma

posição de conciliação, de uma atitude de submissão, como é visível no excerto que a seguir se transcreve:

É, pois, ao ‘pai de família’ que incumbe o saber manter a harmonia no lar, começando por saber dominar o seu natural egoísmo de homem, não fazendo recair sobre os seus as contrariedades que sofre por fora, não exagerando a mais pequena falta de serviço doméstico para dela tornar responsável a mulher, não descarregando sobre ela e sobre os filhos, ao mais pequeno pretexto, o mau humor que traz retido por o não ter podido expandir com os que na sua vida pública o molestaram e arrelhiaram!....

E se a mulher não tem o bom senso de não lhe responder, que é a melhor forma de o fazer calar, ou encontrar qualquer argumento calmo e persuasivo que o satisfaça, lá se vai a harmonia, com acerbas discussões que tantas vezes se azedam, projectando sobre o ânimo das crianças como uma nuvem negra que as amedronta e entristece. (ANJOS, 1947, p. 7, grifo do autor).

Para além da crítica às discussões entre os pais na presença da criança, a harmonia do lar exige ainda que a relação conjugal se mantenha, mesmo que artificialmente, sendo a ruptura da relação entre os pais, a separação ou o divórcio, considerada uma ameaça grave ao desenvolvimento socioemocional das crianças. Como explica o diretor de um Centro de Educação Familiar localizado em Paris, pastor evangelista que trabalhou com Piaget no Instituto de Ciências da Educação, em Génève, Maurice Tièche (1954, p. 14),

Falei-vos recentemente de crianças que são levadas às consultas médico-pedagógicas, da forma como são examinadas e do que se pode fazer em seu favor. O que não disse é que sessenta por cento dessas crianças têm pais desavindos, separados ou divorciados.

As relações familiares assumem, dessa forma, um papel decisivo na construção de uma personalidade ‘normal’. Consideram-se não só as relações que os adultos estabelecem entre si, mas também aquelas que as crianças estabelecem com eles, principalmente com as mães, assim como com os irmãos.

Embora tenhamos encontrado, nos textos analisados, referências à influência que o pai e a mãe têm no desenvolvimento socioemocional dos filhos, notadamente pela capacidade em estabelecerem uma boa relação com as crianças, o que conduz alguns autores a incitarem o pai a realizar atividades com os seus filhos – “[...] quanto mais vezes, e mais cedo, um pai se associar às actividades dos filhos e filhas, tanto mais apto ele estará a compreendê-los” (COMO..., 1956, p. 11) – a relação mãe-criança assume especial importância.

Tal é visível, sobretudo, a partir da década de 1950, por influência da teoria da vinculação, segundo a qual existe na criança uma necessidade natural e inata de estabelecer uma ligação privilegiada com a mãe, de cuja qualidade dependerá o seu desenvolvimento socioemocional. Como afirmam os psiquiatras Michaux e Flavigny (1958, p. 10), na sua intervenção no *IV Congresso Internacional de Psiquiatria Infantil*, que se realizou em Lisboa, “[...] o pai também é um factor importante na formação emocional da criança. Mas a noção que já se tornou clássica é a de que a separação da mãe e da criança produz efeitos desfavoráveis na sua afectividade [...]”, existindo poucas exceções a esse discurso, designadamente à referência dos efeitos da ausência do pai na personalidade da criança. Um exemplo interessante dessas exceções, e que constitui caso único, pertence à psicopedagoga Maria de Lourdes Bettencourt (1956, p. 8, grifo do autor), que sugere uma definição mais ampla do papel maternal:

Para o bebé recém-nascido a mãe é o único apoio, o único elo que o liga a este mundo novo onde tudo lhe é estranho e difícil. Ela representa o calor de que o seu corpo precisa e também o alimento que lhe tira a sensação desagradável da fome.

Alguns meses depois do nascimento a mãe é ainda a protectora que o defende dum medo indefinido, conjunto de sons, de movimentos bruscos, da luz forte e colorida que inopinadamente surgem no pequeno meio que o rodeia. Nos primeiros tempos ‘Mãe’ significa tudo isto e pode ser assim considerada toda a pessoa que se aproxime da criança e lhe preste estes serviços, mesmo o pai.

Na maioria dos textos analisados, são atribuídos papéis bem definidos ao pai e à mãe, conforme uma concepção tradicional de família, em que o pai é representado como a figura de autoridade e a mãe como a “[...] alma do lar [...] o coração, o amor, a graça, a suavidade, a dedicação e o sacrifício” (VASCONCELOS, 1946, p. 6). Nesse sentido, e pela sua proximidade com a criança, a mãe surge como a principal responsável por garantir o bem-estar emocional dos seus filhos, mas também como a principal ameaça à sua saúde mental: “[...] a má influência maternal exerce-se também quando a mãe é atingida por uma nevrose ou em certas situações em que a criança se apercebe da hostilidade, mesmo inconsciente, da mãe” (MICHAX; FLAVIGNY, 1958, p. 10).

Um momento alvo de especial atenção pelos colaboradores das revistas de ‘educação familiar’, quer pelas consequências que poderá ter na relação mãe-criança, quer na relação fraterna e, conseqüentemente, na

saúde mental da criança, é o nascimento de um irmão, acontecimento para o qual a criança deve ser devidamente preparada. Como explica a psicóloga Ruth Martin (1956, p. 8),

Depois do nascimento, explicaria que o bebezinho ia requerer muito do seu tempo, durante alguns meses. Mostraria a sua fraqueza e pediria sempre ao mais velho que a ajudasse. Deixar-lhe-ia algumas iniciativas. Pediria que fosse buscar a mamadeira ou a fralda, que enxugasse os pézinhos do bebê, que lhe desse a boneca de borracha. As crianças gostam de ser tratadas como gente grande e responsável. Garanto que não haveria ciúmes.

É visível, nos discursos acerca desse tema, a influência das teorias comportamentalistas, uma vez que se parte do princípio de que o comportamento e, mais do que isso, os sentimentos da criança podem ser modificados, ou suprimidos, por meio da correta ação da mãe. Tal como acontece nos discursos acerca da relação conjugal ou da relação mãe-criança, isso contribui para o estabelecimento de uma relação causal entre o comportamento das adultos e o da criança e a consequente responsabilização deles, como anteriormente referido, por aquilo que a criança, no futuro, se tornará.

A responsabilização dos pais pelas perturbações que podem ocorrer no desenvolvimento socioemocional das crianças é não só um argumento justificativo da intervenção dos peritos no seio da vida familiar, ou seja, na governação da parentalidade, como também contribui, como referem vários autores (HARDYMENT, 2007; HULBERT, 2004; ROSE, 1999a), para que os pais procurem, por iniciativa própria, o conselho dos especialistas e procurem modificar o seu comportamento, adotando uma visão normalizada da infância e da paternidade, que os colaboradores das revistas de ‘educação familiar’ procuram difundir. Tal é visível nas cartas que as mães escrevem para as revistas, solicitando conselhos sobre a melhor forma de proceder, no que diz respeito à educação dos seus filhos: “Minha filha, que fez agora precisamente 3 anos, tem um génio terrível, é caprichosa e teimosa. Como devo dominá-la?” (CARTA..., 1953, p. 7).

Gostariamos ainda de realçar que, apesar de ser patente a influência de teorias *psi*, próprias de um discurso moderno, principalmente da psicanálise e do comportamentalismo, nesta visão normalizada da infância e da paternidade, os discursos sobre o ambiente familiar têm subjacente uma ‘ética familiar’ tradicional, dominante no Portugal dos anos 1950. Esta pressupõe uma concepção tradicional de família, conforme a defendida pelo regime ditatorial e conservador, consensual entre os autores que escrevem para as revistas analisadas, no sentido em

que é assumida, quer pelos peritos, quer por uma elite feminina instruída e, em alguns casos, politizada.

Legitimados pela utilização de uma linguagem científica, oriunda da psicologia, os discursos acerca da construção da personalidade na criança funcionam, assim, como elementos de regulação da relação conjugal e da vida familiar, contribuindo para a transmissão de uma ‘ética familiar’ dominante.

Embora o ambiente familiar seja considerado fundamental para a construção da personalidade ‘normal’ na criança, outro elemento essencial é a forma como os adultos interagem com a criança, notadamente a forma como a disciplinam, tema que abordaremos em seguida. Como explica o médico António Correia (1945, p. 6), “A criança vai crescendo e formando a sua personalidade em harmonia com a maneira como é tratada”.

Disciplinarização. O processo de disciplinarização da criança, tido como essencial para a construção da sua personalidade, tem como principal finalidade a construção de um sujeito autônomo que, na ausência de uma autoridade externa, seja capaz de regular o próprio comportamento, de se autogovernar:

Não se trata, como crêem muitos pais, de obrigar a criança a ceder a uma vontade superior, mas pelo contrário de dar-lhe os meios de dominar os seus impulsos, de escolher conscientemente entre diversos actos possíveis e de cumprir o seu dever. (... E LAR, 1953a, p. 21).

É de salientar a existência, nos discursos acerca da disciplinarização da criança, de uma visão que podemos classificar de moderada, visível na crítica ao autoritarismo, à condenação dos gritos e da punição física, sendo realçadas as consequências nefastas que essas práticas educativas têm na formação da personalidade. Como se explica em um artigo intitulado *Rigor Educativo*,

Há quem afirme ser o temor a grande barreira que contém os defeitos e os erros das crianças e, nessa ordem de ideias sucedem-se dentro desse sistema de educação os gritos, as ordens secas, as ameaças, os castigos quase sempre corporais, resumindo tudo isto um rigor de disciplina que consegue envolver a criança numa atmosfera gelada de irritação, de receio, de sobressalto constante. Este sistema conduz também muitas vezes a criança ao ‘hábito’ de ouvir gritar e de apanhar pancada anulando portanto todo o efeito educativo que se pretende tirar de tais processos, que vão afinal fazer nascer novos defeitos: a mentira e a dissimulação, únicas formas de escapar aos rigores habituais. O poder de emendar, de corrigir, de mostrar enfim os

erros e o verdadeiro caminho a seguir, fica submerso naquela avalanche de gritos, na catadupa de palavras duras, ásperas, desagradáveis ao ouvido, das quais a criança às vezes só consegue ouvir metade, e compreender uma terça parte apenas. (RIGOR..., 1947, p. 6).

O autoritarismo, comportamento atribuído, sobretudo, ao pai, é, como se pode inferir pela leitura do excerto acima transcrito, apresentado como uma atitude destruidora da personalidade da criança, sendo considerado a principal causa de timidez: “Em geral a criança não é tímida; faz-na tímida os processos errados de educação que lhe dão a desconfiança e o medo, e a privam de toda a espontaneidade” (ALMEIDA, 1947, p. 6). Apesar de a crítica a essas práticas não constituir um discurso novo, uma vez que, como demonstrou António Gomes Ferreira (2000), surge em autores que escreviam sobre esse tema no Portugal de setecentos, podemos inferir, devido à insistência com que esses temas são abordados, que esse tipo de estratégia educativa parece fazer ainda parte do quotidiano de muitas crianças.

O reverso do autoritarismo, ou seja, o excesso de atenção, de solicitude e de mimo, responsabilidade, sobretudo, das mães e de outras figuras femininas, como, por exemplo, as avós cuja tendência para atender à maioria das solicitações das crianças é enfatizada, também é alvo de crítica. Como afirma o médico Gilberto Vasco (1945, p. 5, grifo do autor),

Compreende-se que é difícil dominar a nossa vontade de demonstrar o melhor possível, como se ‘quer’ ao menino. Mas não se deva fazer tal, porque os inconvenientes são muitos, por vezes de efeitos desastrosos. Em primeiro lugar, o excesso de mimos, e pegar no menino, influencia desfavoravelmente a sua mentalidade. Compreende mal as atenções que lhe dispensam, e toma-as como uma obrigação. Exige mais tarde que lhe peguem a todo o momento, que lhe dispensem todas as atenções e lhe satisfaçam os mínimos desejos, como a princípio, quando os não pedia. Se assim se não fizer, temos tragédia. Fica assim aberta a porta para todos os vícios e má educação.

Para além de contribuir para a formação de crianças déspotas, considera-se que o excesso de mimo também contribui para a formação de personalidades fracas, pois é um obstáculo ao desenvolvimento da independência da criança e, conseqüentemente, ao seu desenvolvimento socioemocional: “Quando a mãe considera a criança um bebé e a trata como tal, rodeando-a de cuidados e mimos excessivos, não lhe permitindo que se afaste dela e tome iniciativas, a criança continua a comportar-se como um bebé” (CRIANÇAS..., 1958, p. 3).

Os pais são assim induzidos a adotar uma atitude que deve se situar no meio-termo, ou seja, sem autoritarismo nem mimos excessivos, utilizando um conjunto de estratégias com um caráter mais persuasivo na disciplinarização da criança:

Tome com a criança uma atitude de colaboração. Oponha-se o menos possível à sua vontade, mas dirija-a. Para esse efeito, sugira-lhe o que ela poderia fazer, em esperar que ela própria o decida.

Dê muito poucas ordens. Deixe-lhe o máximo de liberdade. Não há necessidade de observar cada pequeno acto e de pregar sermões constantemente. Feche os olhos aos pecadilhos e contente-se em ensinar os grandes princípios. Dê ordens positivas. Diga mais vezes: ‘faz isto’ do que ‘Não faças aquilo’. (... E LAR, 1953b, p. 21, grifos do autor).

Mais concretamente, são aconselhados a tratar a criança com carinho, encorajando-a sempre que for necessário. Ao afeto deve juntar-se a firmeza – “A autoridade dos pais deve traduzir-se pela firmeza sempre utilizada a par de uma afabilidade que cative seus filhos” (RIGOR..., 1947 p. 6) – de forma a desenvolver uma qualidade essencial para a vida em sociedade, o autocontrole:

A autoridade em educação não deve ter o objectivo imediato de ‘obrigar a obedecer’, mas sim manter em caminho direito os seres que ainda estão imperfeitamente formados, tanto intelectualmente como moralmente, para poderem dirigir-se a si próprios. (EECKHOUT, 1948, p. 4, grifo do autor).

Os discursos acima descritos permitem assim estabelecer uma relação de causalidade entre o comportamento dos pais e o das crianças, fruto de uma influência quer indireta, por meio da forma como se relacionam entre si, quer direta, mediante a forma como disciplinam e se relacionam com as crianças.

Embora considerado essencial, os próprios colaboradores das revistas alertam para o fato de o seguimento escrupuloso dessas normas não garantir a construção de uma criança ‘normal’, designadamente no que diz respeito à dimensão a que nos propusemos analisar: o desenvolvimento socioemocional. Como afirma um dos participantes do *IV Congresso Internacional de Psiquiatria Infantil*, realizado em Lisboa em 1958, “[...] mesmo nas famílias consideradas sãs a criança está exposta a influências que podem prejudicar o seu desenvolvimento emocional” (SERRATE, 1958, p. 9).

Quando detectadas, justificam a intervenção dos peritos, “[...] neuro-psiquiatra, antes de mais, neuropsicólogo, espécie de médico-conselheiro

[...]”, de forma a “[...] se desviar precocemente o aparecimento de anomalias e dar-lhes remédio desde a sua origem [...]” (SERRATE, 1958, p. 9), tanto diretamente, junto da criança, como junto dos pais, por meio do aconselhamento, um dos objetivos dos editores das revistas analisadas no presente estudo, como nos casos mais graves, por meio de uma intervenção direta. Como afirma o psiquiatra Gilbert Robin (1952, p. 15), em um artigo intitulado *A reeducação e a readaptação das perturbações do carácter e do comportamento na criança*, “[...] por judiciosos conselhos aos pais contribuir-se-á para melhorar as condições atmosféricas. Em certos casos, tentar-se-á fazer com que aceitem uma psicanálise que os libertará dos complexos educativos”.

Assiste-se, assim, à aplicação de um olhar médico, à extensão de uma ‘medicina de vigilância’ (ARMSTRONG, 1995), às questões da saúde mental, que abarcam não só as crianças, mas também os adultos que as rodeiam, sobretudo a mãe, considerada a principal responsável pela construção, na criança, de uma personalidade ‘normal’, abrindo-se, dessa forma, caminho para a crescente intervenção dos peritos na governação da parentalidade e da infância.

Considerações finais

A análise dos discursos veiculados nas revistas de ‘educação familiar’, entre 1945 e 1958, permitiu compreender que estas constituem um dispositivo de governação da infância e da parentalidade cujo um dos objetivos é a divulgação de um discurso científico acerca da construção da personalidade ‘normal’ na criança, produzido e/ou transmitido por uma elite simbólica, composta essencialmente por médicos, jornalistas, educadores e, a partir dos anos 1950, psiquiatras infantis. Embora oriundos de diferentes campos do saber e possuindo, em alguns casos, posições políticas divergentes, apresentam um discurso homogêneo acerca do desenvolvimento socioemocional.

Por meio da utilização de um conjunto de estratégias que podemos classificar como persuasivas, de que fazem parte a invocação da importância da infância na construção da personalidade do indivíduo e o estabelecimento de uma relação direta entre o comportamento dos pais e o dos filhos, os colaboradores das revistas analisadas procuram regular o comportamento dos adultos, divulgando um conjunto de princípios educativos que os pais devem seguir se pretendem assegurar o bem estar emocional da criança, elemento essencial de qualquer programa de higiene mental. Tal contribuirá para a crescente difusão e vulgarização do

discurso científico acerca do desenvolvimento socioemocional e para a adesão dos pais aos princípios educativos formulados por peritos, como demonstram as cartas que escrevem para as revistas, ao solicitar aconselhamento acerca da melhor forma de educar os filhos.

Como afirmam vários autores (ARNUP, 1994; FERREIRA, M. M., 2000; ROSE, 1999a), a responsabilização dos pais pela saúde mental dos seus filhos, considerados, paradoxalmente, a sua principal garantia, mas também a sua maior ameaça, aliada à construção do desenvolvimento socioemocional da criança ‘normal’ como algo problemático, permanentemente ameaçado pelos comportamentos incorretos dos adultos que a rodeiam, constitui uma poderosa estratégia legitimadora da intervenção dos peritos em um domínio privado, que atinge, como demonstra o nosso estudo, não só os comportamentos que têm como objeto direto a criança, mas também a regulação da vida familiar, ou seja, a forma como os adultos interagem entre si.

Todavia, apesar da óbvia influência dos saberes *psi* nos discursos produzidos pelos colaboradores das revistas analisadas, perceptível, por exemplo, na descrição das etapas do desenvolvimento socioemocional ou na importância da relação mãe-criança, ainda é visível, em alguns aspectos, de que os textos acerca da ‘harmonia familiar’ constituem um exemplo claro, a permanência de discursos que podemos classificar como ‘tradicionais’. Tal fato constitui um indício de que os anos 1950 correspondem a um período de coexistência do tradicional e do moderno, em que os discursos *psi* ainda se encontram, no que diz respeito à infância, em uma fase de afirmação. Além disso, deve ser sublinhado que os textos publicados dificilmente podiam ter uma influência imediata sobre as famílias de menores recursos econômicos, porque estamos a falar de uma época em que o analfabetismo era ainda muito alto nessa população e as preocupações de sobrevivência ainda absorviam boa parte da energia dessas famílias. Estamos, contudo, diante de textos que deviam ter leituras diretas e indiretas, imediatas e diferidas, com parte da população leitora a servir de intermediária entre os textos publicados e pais e mães que, por dificuldades econômicas ou falta de domínio da leitura, não os podiam ler. Apesar de constituírem apenas um meio de difusão de ideias produzidas em outras instâncias, as revistas de ‘educação familiar’ constituíam uma relevante fonte de informação e de legitimação de saber que leitores/as mobilizavam para o processo civilizatório de que, consciente ou inconscientemente, participavam.

Referências

- ALMEIDA, V. C. [Sem título]. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 57, p. 6, fev. 1947.
- ANJOS, M. S. Harmonia e alegria no lar. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 56, p. 7, jan. 1947.
- APPLE, R. D. *Perfect motherhood: science and childrearing in America*. 1. ed. New Brunswick: Rutgers University Press, 2006.
- ARMSTRONG, D. The rise of surveillance medicine. *Sociology of Health & Illness*, v. 17, n. 3, p. 393-404, 1995.
- ARNUP, K. *Education for motherhood: advice for mothers in twentieth-century Canada*. 1. ed. Toronto: University of Toronto Press, 1994.
- BAKKER, N. Before Ritalin: children and neurasthenia in the Netherlands. *Paedagogica Historica*, v. 46, n. 3, p. 383-401, 2010.
- BAKKER, N. Making a mess in the mud: The discovery of toddlers' special needs by child scientists in the 1930s in the Netherlands. *Paedagogica Historica*, v. 48, n. 11, p. 67-83, 2012.
- BAKKER, N.; WUBS, J. A mysterious success: Doctor Spock and the Netherlands in the 1950s. *Paedagogica Historica*, v. 38, n. 1, p. 209-226, 2002.
- BEATTY, B.; CAHAN, E. D.; GRANT, J. Introduction. In: BEATTY, B.; CAHAN, E. D.; GRANT, J. (Ed.). *When science encounters the child: education, parenting and child welfare in the 20th-century America*. 1. ed. New York: Teachers College Press, 2006, p. 1-15.
- BERSOT. Por que são nervosos os nossos filhos? *Saúde e Lar*, Lisboa, n. 59, p. 13-14, maio/jun. 1952.
- BETTENCOURT, M. L. Acerca do carácter do filho. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, v. 7, n. 170, p. 8, jul. 1956.
- BRANCO, M. E. *Vida, pensamento e obra de João dos Santos*. 1. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.
- BRIGGS, M. BBC children's television, parentcraft and pedagogy: towards the 'ethicalization of existence'. *Media, Culture & Society*, v. 31, n. 1, p. 23-39, 2009.
- BRYSON, D. R. *Socializing the young: the role of foundations, 1923-1941*. 1. ed. Westport: Bergin & Gravey, 2002.
- CAHAN, E. D. Toward a socially relevant science: notes on the history of child development research. In: BEATTY, B.; CAHAN, E. D.; GRANT, J. (Ed.). *When science encounters the child: education, parenting and child welfare in the*

- 20th-century America. 1. ed. New York: Teachers College Press, 2006. p. 16-34.
- CARNEIRO, M. *Ajudar a nascer*: parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (século XV-1974). 1. ed. Porto: Universidade do Porto, 2008.
- CARTA ao editor. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 138, p. 7, nov. 1953.
- COMO obter êxito na educação dos filhos. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 165, p. 11, fev. 1956.
- CONSULTÓRIO. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 123, p. 4, ago. 1952.
- CORREIA, A. Como criar filhos normais?: Que fazer para lhes dar boa saúde? Como evitar desastres? Quais os bons divertimentos? Devemos empregar a pancada? *Saúde e Lar*, Lisboa, n. 17, p. 6-7, maio/jun. 1945.
- CRIANÇAS que permanecem bebês. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 195, p. 3, ago. 1958.
- CROSS, G. Wondrous innocence: print advertising and the origins of permissive child rearing in the US. *Journal of Consumer Culture*, v. 4, n. 2, p. 183-201, 2004.
- CURTIS, S. 'Tangible as tissue': Arnold Gesell, infant behavior, and film analysis. *Science in Context*, Tel Aviv, v. 24, n. 3, p. 417-442, 2011.
- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- EECKHOUT, O respeito pela personalidade na educação. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 68, p. 4, jan. 1948.
- ... E LAR. *Saúde e Lar*, Lisboa, n. 69, p. 21, jul. 1953a.
- ... E LAR. *Saúde e Lar*, Lisboa, n. 71, p. 21, set. 1953b.
- FERREIRA, A. G. *Gerar, criar, educar*: a criança no Portugal do Antigo Regime. 1. ed. Coimbra: Quarteto, 2000.
- FERREIRA, A. G. Higiene e controlo médico da infância e da escola. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59, abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622003000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- FERREIRA, A. G. A criança e o seu desenvolvimento em discursos médicos e pedagógicos que circularam no contexto português (séculos XVIII a XX). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, abr. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- FERREIRA, M. M. *Salvar os corpos, forjar a razão*: contributo para uma análise crítica da criança e da infância como construção social, 1880-1940. 1. ed. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2000.

FIGUEIREDO, F. T. de. É preciso educarmo-nos para sabermos e podermos educar. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 55, p. 7, dez. 1946.

FONTES, V. Higiene mental infantil. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 121, p. 4-5, jun. 1952.

FOUCAULT, M. *Power/Knowledge: selected interviews & other writings, 1972-1977*. 1. ed. New York: Pantheon Books, 1980.

GRANT, J. *Raising baby by the book: the education of American mothers*. 1. ed. New Haven: Yale University Press, 1998.

GROENENDIJK, L. F.; BAKKER, N. Child rearing and neuroticization of parenting: the case of the Netherlands. *History of Education*, v. 31, n. 6, p. 571-588, 2002.

HARDYMENT, C. *Dream babies: child care advice from John Locke to Gina Ford*. 2. ed. rev. e aum. London: Frances Lincoln, 2007.

HAYS, S. *The cultural contradictions of motherhood*. 1. ed. New Haven: Yale University Press, 1996.

HENDRICK, H. Optimism and hope versus anxiety and narcissism: Some thoughts on children's welfare yesterday and today. *History of Education*, v. 36, n. 6, p. 747-768, 2007.

HOLLWAY, W. Family figures in 20th-century British 'psy' discourses. *Theory & Psychology*, v. 16, n. 4, p. 443-464, 2006.

HULBERT, A. *Raising America: experts, parents and a century of advice about children*. 1. ed. New York: Vintage Books, 2004.

KATSENSTEIN, B. Crianças com vícios. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 189, p. 10-11, fev. 1958.

KNIBIEHLER, Y. *Histoire des mères et de la maternité en Occident*. 2. ed. Paris: PUF, 2002.

LITT, J. S. *Medicalized motherhood: perspectives from the lives of African-American and Jewish women*. 1. ed. New Jersey: Rutgers University Press, 2000.

MARTIN, R. Ciúmes infantis: o problema do segundo filho. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 175, p. 8, dez. 1956.

MARTINS, A. P. Vamos criar seu filho: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, mar. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 nov. 2012.

MAYRING, P. Qualitative content analysis. In: FLICK, U.; KARDORF, E. Von; STEINKE, I. (Ed.). *A companion to qualitative research*. 1. ed. London: Sage, 2004. p. 266-269.

MENDES, M. J. A criança no lar. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 138, p. 6, nov. 1953.

MICHAUX, L.; FLAVIGNY, H. Consequências do abuso da noção de frustração afectiva. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 194, p. 11, jul. 1958.

MIRA, F. Tiques e jeitos. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 108, p. 6, maio 1951.

MURPHY, E. Expertise and forms of knowledge in the government of families. *The Sociological Review*, v. 51, n. 4, p. 433-462, 2003.

NÓVOA, A. *A imprensa de educação e de ensino: repertório analítico (séculos XIX e XX)*. 1. ed. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

ODLAND, S. B. Unassailable motherhood, ambivalent domesticity: the construction of maternal identity in Ladies' Home Journal in 1946. *Journal of Communication Inquiry*, v. 34, n. 1, p. 61-84, 2009.

PARA MEDITAR. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 191, p. 14, abr. 1958.

PESSOA, A. M. *A educação das mulheres e das crianças no Estado Novo: a proposta de Maria Lúcia Vassalo Namorado*. 2005. 1745 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação)-Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2005.

PETERSEN, S. A cólera infantil. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 81, p. 4, fev. 1949a.

PETERSEN, S. A fase 'edípica' nas crianças será inevitável? *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 83, p. 4, abr. 1949b.

PHILLIPS, L. M. Critical discourse analysis: an example of the good mother in literacy-advice texts. *Literacies*, n. 7, 2007. Disponível em: <<http://www.literacyjournal.ca/literacies/7-2007/htm/phillips.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

PIMENTEL, I. F. *A cada um o seu lugar: a política feminina do Estado Novo*. 1. ed. Lisboa: Círculo de Leitores; Temas & Debates, 2011.

POPKEWITZ, T. S. Governing the child and pedagogicalization of the parent: a historical excursus into the present. In: BLOCH, M. N.; POPKEWITZ, T. S.; HOLMLUND, K.; MOQUIST, I. (Ed.). *Governing children, families and education: restructuring the welfare state*. 1. ed. New York: Palgrave MacMillan, 2003. p. 35-62.

RIGOR educativo. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 59, p. 6, abr. 1947.

ROBIN, G. A reeducação e a readaptação das perturbações do carácter e do comportamento na criança. *Saúde e Lar*, Lisboa, n. 57, p. 14-15, jan./fev. 1952.

ROBIN, G. A higiene mental e os primeiros princípios da educação. *Saúde e Lar*, Lisboa, n. 121, p. 4-5, nov. 1957.

ROCHA, H. P. A educação da infância: Entre a família, a escola e a medicina. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 235-262, 2010.

ROCHA, C.; FERREIRA, M. *As mulheres e a cidadania: as mulheres e o trabalho na esfera pública e na esfera doméstica*. 1. ed. Porto: Livros Horizonte, 2006.

ROSAS, F. (Ed.). O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, J. (Ed.). *História de Portugal*. 1. ed. Lisboa: Estampa, 1994. v. 7.

ROSE, N. *Governing the soul: the shaping of the private self*. 2. ed. London: Free Association Books, 1999a.

ROSE, N. *Powers of freedom: reframing political thought*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1999b.

SERRATE, A. A família e as perturbações do comportamento da criança. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 194, p. 11, jul. 1958.

SILVA, S. Felicidade e amor. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 45, p. 1, fev. 1946.

SNES. Como nasce o egoísmo. *Saúde e Lar*, Lisboa, n. 80, p. 16, jun. 1954.

STEWART, J. The dangerous age of childhood: child guidance and the 'normal' child in Great Britain, 1920-1950. *Paedagogica Historica*, v. 47, n. 6, p. 785-803, 2011.

STOCKEL, S. Infant mortality and concepts of hygiene. Strategies and consequences in the Kaiserreich and the Weimar Republic: the example of Berlin. *The History of the Family*, v. 7, n. 4, p. 601-616, 2002.

STRACH, P.; SULLIVAN, K. The state's relations: what the institution of family tell us about governance. *Political Research Quarterly*, v. 64, n. 1, p. 94-106, 2011.

SUGESTÕES. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 66, p. 5, nov. 1947.

TIÈCHE, M. O divórcio. *Saúde e Lar*, Lisboa, n. 76, p. 14, fev. 1954.

VAN DIJK, T. A. Discourse and manipulation. *Discourse & Society*, v. 17, n. 2, p. 359-383, 2006.

VANOBERGEN, B. 'Soon he will boil over like a kettle': visualizing the

invisible - the representation of hyperactivity in women's magazines and professional journals for teachers in Flanders (1965-2005). *History of Education*, v. 36, n. 2, p. 173-189, 2007.

VASCO, G. O que se não deve fazer. *Saúde e Lar*, Lisboa, n. 17, p. 4-5, maio 1945.

VASCONCELOS, J. F. A família e a educação. *Os Nossos Filhos*, Lisboa, n. 45, p. 6, fev. 1946.

VIDIGAL, M. J.; QUEIROZ, M. I.; CRUZ, M. M.; SANTOS, M. P.; GUAPO, M. T. *Memórias de utopias: elementos para a história da saúde mental infantil em Portugal*. 1. ed. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 1999.

WARNER, J. *Perfect madness: motherhood in the age of anxiety*. 1. ed. New York: Riverhead Books, 2005.

WAGNER, P. *A sociology of modernity: liberty and discipline*. 2. ed. London: Routledge, 1998.

WOODHEAD, M. Psychology and the cultural construction of children's needs. In: JAMES, A.; PROUT, A. (Ed.). *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood*. 2. ed. London: Falmer Press, 1999. p. 63-84.

WOODHEAD, M. Early child development: a question of rights. *International Journal of Early Childhood*, Goteborg, v. 37, n. 3, p. 79-98, 2005.

Endereço para correspondência

Carla Cardoso Vilhena

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da

Universidade do Algarve

Campus de Gambelas

8005-139

Faro – Portugal

E-mail: cvilhena@ualg.pt

António Gomes Ferreira

F. de Psicologia e de Ciências da Educação

Rua do Colégio Novo

3001-802

Coimbra – Portugal.

E-mail: antonio@fpce.uc.pt

Recebido em: 25 fev. 2013
Aprovado: 4 jul. 2013

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.